

Redução de ICMS para remédios

por Raquel Stenzel
de Brasília

A reunião da câmara setorial de fármacos, prevista para hoje, foi adiada para a próxima quinta-feira, dia 26. O objetivo do adiamento é permitir que a Cotelp — órgão técnico que assessorá o Conselho de Política Fazendária — possa analisar três propostas de redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidente sobre os remédios.

As propostas foram elaboradas no último dia 10, em São Paulo, por representantes dos governos federal e estadual e da indústria. As propostas que serão analisadas, hoje, são as seguintes: redução a zero da alíquota do ICMS nas compras de medicamentos pelos governos federal, estaduais e

municipais, que incluiria todos os medicamentos; redução para zero da alíquota de ICMS nas compras feitas dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), pelos hospitais públicos e credenciados; a terceira proposta, que não é excludente, prevê a redução da base de cálculo do ICMS em 50% para todos os medicamentos.

Para que esta proposta seja implantada deverá ser criada a figura do contribuinte substituto. Ou seja, as indústrias farmacêuticas passariam a recolher o ICMS. Esta proposta poderá reduzir em até 10% os preços dos remédios. As demais propostas resultariam na redução de 50% dos gastos governamentais com compra de medicamentos. O governo federal também está estudando a redução das alíquotas do Imposto de Importação sobre os insumos.